

Oliveira de Frades, 28 de abril de 2022

MARTIFER SGPS, S.A. – Sociedade Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, e a pedido do Conselho de Administração, convoco os Senhores Acionistas da **MARTIFER SGPS, S.A. – Sociedade aberta**, com sede social na Zona Industrial de Oliveira de Frades, Apartado 17, freguesia e concelho de Oliveira de Frades, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Oliveira de Frades e de pessoa coletiva 505 127 261, com o capital social de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), para reunir em Assembleia Geral, na sede social, no dia **25 de maio de 2022**, às **15:00 horas**, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

1. Deliberar sobre o relatório único de gestão, balanço e contas individuais e consolidadas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021, incluindo o relatório de governo societário (contendo o relatório de remunerações) e o relatório de sustentabilidade (contendo a demonstração não financeira consolidada), acompanhados dos documentos de certificação legal de contas e do relatório e parecer do Conselho Fiscal;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2021;
3. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
4. Deliberar sobre a eleição do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para exercerem funções durante o biénio 2022-2023;
5. Deliberar sobre a concessão de autorização ao Conselho de Administração para a aquisição e a alienação de ações próprias;
6. Discutir e deliberar sobre a autorização a conceder pela Assembleia Geral da Sociedade para a emissão de um ou mais empréstimos obrigacionistas, em euros ou noutra divisa, até ao montante global de € 40.000.000,00 (quarenta milhões de euros);

7. Discutir e deliberar, nos termos da lei e dos estatutos da Sociedade, sobre a autorização a conceder ao Conselho de Administração para, no âmbito da deliberação a tomar quanto ao Ponto anterior da presente Ordem de Trabalhos, proceder à emissão de obrigações, podendo a mesma ser efectuada parcelarmente em uma ou mais séries, em euros ou noutra divisa.

Em anexo a esta Convocatória, que dela faz parte integrante, consta a informação preparatória para a Assembleia Geral Anual prevista no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21.º-J do Código dos Valores Mobiliários, incluindo informação sobre os requisitos e procedimentos de participação, representação e votação na Assembleia Geral, inclusão de assuntos na ordem do dia e apresentação de propostas.

A informação preparatória para a Assembleia Geral Anual acima referida, incluindo ainda os documentos de prestação de contas, estarão disponíveis nos prazos legais no sítio da Sociedade na Internet em <https://www.martifer.pt/pt/investors/corporate-governance/assembleias-gerais>, bem como no sítio da internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt). Os acionistas podem igualmente solicitar, por escrito, o envio desta informação para o endereço eletrónico presidentedamesaag@martifer.com.

PROCEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E VOTO NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

A participação dos Senhores Acionistas na Assembleia Geral e o exercício dos direitos de voto processar-se-ão nos termos dos Estatutos da Sociedade conjugados com o artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários.

O capital social encontra-se dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações, cada uma com o valor nominal de € 0,50 (cinquenta cêntimos), correspondendo a cada ação um voto.

Estabelece o artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários que, o exercício do direito de voto não depende do bloqueio das ações e que têm direito a participar e votar na Assembleia Geral os acionistas que às 00:00 horas (GMT) do dia **18 de maio de 2022**, 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral (“**Data de Registo**”) sejam titulares de ações que lhes confirmem o direito a pelo menos um voto.

O exercício dos direitos de participação e de voto na Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à Data de Registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre a Data de Registo e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas que pretendam participar na Assembleia Geral devem declarar essa intenção por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro junto do qual tenham aberto a conta de registo individualizado de valores mobiliários, o mais tardar, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior à Data de Registo, podendo os acionistas recorrer, para este efeito, aos formulários de declaração que estarão disponíveis na sede social e no sítio da Internet da sociedade em <https://www.martifer.pt/pt/investors/corporate-governance/assembleias-gerais>, a partir da data de divulgação desta Convocatória.

A declaração referida no parágrafo anterior poderá ser transmitida por correio eletrónico, sendo, para tal efeito o endereço eletrónico do Presidente da Mesa da Assembleia Geral presidentedamesaag@martifer.com.

Os intermediários financeiros que sejam informados da intenção dos seus clientes de participar na Assembleia Geral devem enviar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até às 23:59 horas (GMT) da Data de Registo, informação sobre o número de ações registadas em nome de cada um dos seus clientes, com referência à Data de Registo, podendo para o efeito utilizar o endereço de correio eletrónico presidentedamesaag@martifer.com.

Os acionistas que, a título profissional, detenham as ações em nome próprio mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações desde que, para além da declaração de participação e do envio pelo respetivo intermediário financeiro da informação acima referidos, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior à Data de Registo, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais:

- a) identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta, e
- b) as instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem do dia, dadas por cada cliente.

Os acionistas que tenham declarado a intenção de participar na Assembleia Geral nos termos acima referidos e transmitam a titularidade de ações entre a Data de Registo e o fim da Assembleia Geral devem comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (doravante apenas CMVM).

Apenas serão admitidos a participar e votar na Assembleia Geral os acionistas cuja declaração acima referida, na qual seja manifestada a intenção de participar na Assembleia Geral, tenha sido recebida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior à Data de Registo e desde que até às 23:59 horas (GMT) da Data de Registo seja também recebida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral a informação do intermediário financeiro junto do qual tenham aberto a conta de registo individualizado de valores mobiliários acima discriminada.

Os instrumentos de representação voluntária deverão ser entregues na sede social, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até dia 20 de maio de 2022, especificando a reunião a que respeita, pela indicação da data, hora e local em que a mesma se realiza e da respetiva Ordem de Trabalhos, e conferindo inequivocamente o mandato ao representante, com adequada identificação deste último.

As votações serão feitas pelo modo designado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Os acionistas que sejam pessoas coletivas far-se-ão representar por pessoa para o efeito designada pelo respectivo órgão de administração ou gerência.

Caso seja solicitado por qualquer acionista, a Assembleia Geral realizar-se-á também por meios telemáticos. Os acionistas que assim pretendam, poderão participar na reunião da Assembleia Geral através de videoconferência. Na comunicação de intenção de participação na Assembleia Geral dirigida ao Presidente da Mesa, o acionista deve (i) incluir o respetivo endereço de correio eletrónico para receção de comunicações relativas à Assembleia Geral e (ii) no caso de acionistas que sejam pessoas singulares, anexar cópia do respetivo documento de identificação. Subsequentemente a esta comunicação, o acionista ou o representante do acionista receberá por correio eletrónico o link para aceder à Assembleia Geral. A participação do acionista ou representante do acionista na Assembleia Geral por meios telemáticos é permitida mesmo que não tenha exercido o seu voto por correspondência, sendo que, caso já tenha exercido o voto por correspondência, não poderá alterar o sentido de voto ou exercer novo voto durante a respetiva sessão.

Nos termos legais aplicáveis, a Sociedade procederá ao registo do conteúdo das comunicações e dos respetivos intervenientes.

PROCEDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DE INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA, DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO E DE INFORMAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL

O acionista ou acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 2% (dois por cento) do capital social podem requerer a **inclusão de assuntos na ordem do dia**. Esse requerimento será feito por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 5 (cinco) dias seguintes à data da publicação da presente Convocatória, acompanhado de uma proposta de deliberação para cada assunto cuja inclusão se requeira, sendo que tais assuntos e propostas de deliberação serão divulgados aos acionistas pela mesma forma usada para a divulgação da convocatória da assembleia geral logo que possível, com o prazo limite das 00:00 horas (GMT) da Data de Registro.

O acionista ou acionistas que reúnam as condições referidas no parágrafo anterior também podem requerer a **inclusão de propostas de deliberação relativas a assuntos referidos na Convocatória ou a esta aditados**. O requerimento será dirigido, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 5 (cinco) dias seguintes à publicação da presente convocatória ou seu aditamento juntamente com a informação que deva acompanhar a proposta de deliberação. Tais propostas de deliberação serão divulgados aos acionistas pela mesma forma usada para a divulgação da convocatória da assembleia geral logo que possível, com o prazo limite das 23:59 horas (GMT) do dia 15 de maio de 2022, 10.º dia anterior ao da realização da assembleia geral.

Qualquer acionista pode, no decorrer da Assembleia Geral, requerer que lhe sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhe permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação (o dever de informação abrange as sociedades coligadas com a Sociedade).

As informações solicitadas deverão ser prestadas pelo órgão da Sociedade que para tal esteja habilitado, e só podem ser recusadas caso a sua divulgação possa ocasionar grave prejuízo à Sociedade, ou a sociedade com esta coligada, ou violação de segredo imposto por lei.

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os acionistas poderão votar por (i) correspondência postal e por (ii) correspondência eletrónica.

Só serão considerados válidos os votos por correspondência postal recebidos na sede da Sociedade, sita na Zona Industrial de Oliveira de Frades, Apartado 17, 3680-170 Oliveira de Frades, até dia 20 de maio de 2022, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, e sem prejuízo da obrigatoriedade da tempestiva prova da qualidade de acionista nos termos supra indicados.

Com vista a assegurar a confidencialidade do voto até ao momento da votação, a declaração de voto prevista no número anterior deverá ser encerrada em subscrito fechado, no qual deverá ser escrita a expressão “declaração de voto”. O subscrito contendo a declaração de voto deverá ser encerrado num outro acompanhado de carta emitida pelo acionista e dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, enviada por correio registado, nela expressando a sua vontade inequívoca de votar por correspondência. A referida carta deverá ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal e acompanhada de cópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão do acionista, se este for uma pessoa singular ou, tratando-se de pessoa coletiva, acompanhada da prova da qualidade e dos poderes para o ato.

A declaração de voto por correspondência postal só será admitida quando assinada pelo titular das ações ou seu representante legal e acompanhada de cópia certificada do bilhete de identidade/cartão de cidadão do acionista, se este for uma pessoa singular ou, tratando-se de pessoa coletiva, com a assinatura da declaração reconhecida (por notário, advogado ou solicitador) nos termos da lei na qualidade e com poderes para o ato.

O voto por correspondência eletrónica terá que ser recebido em condições equivalentes ao voto por correspondência postal, relativamente à inteligibilidade, à garantia de autenticidade, à confidencialidade e demais formalismos. Para o efeito, os acionistas deverão preencher o boletim de voto disponibilizado no sítio da Internet da Sociedade (www.martifer.com) e enviar para o endereço de correio eletrónico presidentedamesaag@martifer.com, sendo os reconhecimentos substituídos por assinatura digital. Apenas serão considerados os votos por correspondência eletrónica recebidos até dia 20 de maio de 2022, no endereço eletrónico indicado. Para exercer o direito de voto por correspondência eletrónica, os senhores acionistas deverão utilizar boletins de voto que, de forma clara e inequívoca, expressem o seu sentido de voto. Para este efeito, deverão utilizar os modelos disponíveis no sítio da internet da Sociedade.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação da reunião e do ponto ou pontos da Ordem de Trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Não obstante o disposto na alínea b) supra, é permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas sobre o mesmo ponto de Ordem de Trabalhos, sem outras especificações.

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 17.º dos Estatutos, os votos por correspondência valerão como votos negativos em relação a propostas apresentadas posteriormente à sua emissão.

Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações.

Não obstante o disposto na alínea c) supra pode o acionista que vote por correspondência condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da Ordem de Trabalhos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou, se for o caso, ao seu substituto, verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos constantes de declarações não aceites.

REPRESENTAÇÃO

Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral através de um documento escrito, com assinatura, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos termos do artigo 380.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tal poderão utilizar o formulário disponível em www.martifer.com.

Os acionistas (pessoas singulares ou coletivas) deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta ou por correio eletrónico recebidos até dia 20 de maio de 2022, a identidade de quem os representa e respetivo instrumento de representação.

Um acionista pode nomear diferentes representantes relativamente a ações que detenha em diferentes contas de valores mobiliários.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que os acionistas, as entidades financeiras e os representantes de acionistas disponibilizam à Sociedade no exercício dos direitos de participação, representação e exercício de direito de voto acionista na Assembleia Geral, serão objeto de tratamento pela Sociedade com a finalidade de

gerir a sua relação com os acionistas no âmbito da assembleia geral, para cumprimento das suas obrigações legais, sendo conservados pelos prazos legalmente estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários, ou pela duração de qualquer disputa relativa à tramitação procedimental da Assembleia Geral, incluindo o respetivo processo e resultado deliberativo.

Mais se informa que os acionistas poderão exercer os direitos de, nos termos legais aplicáveis, solicitar à Sociedade o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, assim como a sua retificação, a limitação do tratamento ou o direito de se opor ao tratamento, através do endereço de correio eletrónico crqpd@martifer.com.

INFORMAÇÃO ADICIONAL E INFORMAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA GERAL

DATAS RELEVANTES

ASSEMBLEIA GERAL: 25 de maio de 2022

DATA DE REGISTO: 18 de maio de 2022

Até 17 de maio de 2022, 23:59 h (GMT)

Até 18 de maio de 2022, 23:59 h (GMT)

Até 20 de maio de 2022, 23:59 h (GMT)

Receção das declarações emitidas pelos acionistas com intenção de participar, ou fazer-se representar, na Assembleia Geral dirigidas, por e-mail, ao Presidente da Assembleia Geral e aos intermediários financeiros.

Receção das declarações emitidas pelos intermediários financeiros e dirigidas, por e-mail, ao Presidente da Assembleia Geral, com indicação do número de ações registadas em nome de cada acionista.

Receção dos votos por correspondência (i) postal ou (ii) eletrónica.

Receção por e-mail das declarações dos acionistas manifestando intenção de exercer o seu direito de voto.

Receção por e-mail das declarações emitidas pelos acionistas que, a título profissional, detenham as ações em nome próprio, mas por conta de clientes e pretendam votar em sentido diverso com as suas ações.

Receção por e-mail de cartas de representação.

Na data da divulgação da presente convocatória são postos à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social e no respetivo sítio da Internet em <https://www.martifer.pt/pt/investors/corporate-governance/assembleias-gerais> (PROCEDIMENTOS E DOCUMENTOS DE APOIO), os documentos previstos no artigo 289.º, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21.º-J do Código dos Valores Mobiliários, a saber:

1. Carta de representação;
2. Carta de representação (para os efeitos do n.º 3 do artigo 23.º Código dos Valores Mobiliários);
3. Declaração de intenção de participação na Assembleia Geral (para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral);
4. Declaração de intenção de participação na Assembleia Geral (para o intermediário financeiro);
5. Boletim de Voto;
6. Carta de Solicitação (de boletim de voto);
7. Carta de Acompanhamento (do boletim de voto);

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021 serão colocados à disposição no Sistema de Difusão de Informação da CMVM nos termos e prazos legais.

A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados acionistas possuidores de ações que titulem mais de um terço do capital social.

Se a Assembleia Geral não se puder reunir na data marcada, desde já fica fixado o dia 13 de junho de 2022, à mesma hora e no mesmo local para realização da mesma assembleia de acionistas, podendo então a Assembleia reunir seja qual for a percentagem do capital representado.

Serão disponibilizados no sítio da Internet www.martifer.com, na parte referente às Assembleias Gerais, a ata da reunião bem como quadro síntese dos resultados das votações, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do encerramento da Assembleia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA

WWW.MARTIFER.COM

Este comunicado adota o Novo Acordo Ortográfico